TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A PARCERIA ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E PROFISSIONAIS NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

ALESSANDRA SILVA COUTINHO

RESUMO:
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta de maneira singular em cada criança, exigindo práticas educacionais sensíveis às suas especificidades. Na Educação Básica, especialmente desde a Educação Infantil, torna-se fundamental que a escola reconheça a criança com TEA como sujeito de direitos, garantindo seu acesso, permanência, participação e aprendizagem. Este artigo tem como objetivo discutir a importância de uma atuação integrada entre família, escola e profissionais da área da saúde, destacando a necessidade de formação continuada dos professores, da construção coletiva de práticas pedagógicas e da comunicação constante entre todos os envolvidos no desenvolvimento da criança. Fundamentado em estudos científicos sobre a percepção das famílias, o processamento sensorial e os primeiros sinais do TEA, bem como no Currículo da Cidade de São Paulo e na Base Nacional Comum Curricular, o texto enfatiza que o desenvolvimento integral da criança com TEA depende de ações articuladas, do respeito às suas necessidades individuais e do compromisso institucional com uma educação inclusiva, humanizada e equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Educação Básica; Educação Infantil; Inclusão Escolar; Família e Escola.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta, geralmente, nos primeiros anos de vida e acompanha o indivíduo ao longo de todo o seu percurso de desenvolvimento. Caracteriza-se, principalmente, por desafios na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento restritos e repetitivos, podendo também envolver particularidades sensoriais que influenciam a forma como a criança percebe e reage ao ambiente. No entanto, é fundamental compreender que o TEA não se apresenta de maneira homogênea, pois cada criança manifesta o transtorno de forma singular, com potencialidades, interesses e necessidades próprias.

Na Educação Básica, especialmente desde a Educação Infantil, a escola desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento integral da criança com TEA. Esse período é marcado por intensas aprendizagens, descobertas e construções sociais, sendo o espaço escolar um dos principais ambientes de convivência fora do contexto familiar. Assim, a presença da criança com TEA na escola exige práticas pedagógicas intencionais, sensíveis e fundamentadas no respeito às diferenças, garantindo não apenas o acesso à educação, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem significativa.

O Currículo da Cidade de São Paulo concebe a criança como sujeito histórico, social e de direitos, ressaltando a importância de propostas educativas que considerem os diferentes modos de ser, aprender e se expressar. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da educação inclusiva, que defendem a valorização da diversidade e a responsabilidade coletiva pela aprendizagem de todos os estudantes. Nesse sentido, a inclusão de crianças com TEA não deve ser compreendida como um desafio isolado do professor ou da criança, mas como um compromisso institucional e social que envolve toda a comunidade escolar.

Além do papel da escola, a família ocupa lugar central no processo de desenvolvimento da criança com TEA. Estudos apontam que, frequentemente, são os familiares que percebem os primeiros sinais do transtorno, observando comportamentos, dificuldades e formas particulares de interação da criança. A percepção dos pais sobre a saúde e o desenvolvimento dos filhos influencia diretamente a busca por diagnóstico, acompanhamento e intervenções adequadas. Essas informações são fundamentais para o contexto escolar, pois contribuem para a compreensão integral da criança e para o planejamento de práticas pedagógicas mais

coerentes com suas necessidades.
Outro aspecto relevante refere-se à atuação de profissionais da área da saúde, como fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras e neurologistas, que acompanham muitas crianças com TEA fora do ambiente escolar. A articulação entre esses profissionais, a escola e a família é indispensável para garantir a continuidade das intervenções e a coerência das estratégias utilizadas nos diferentes contextos de desenvolvimento da criança.
Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica, com foco nas suas necessidades integrais e na importância da atuação conjunta entre família, escola e profissionais da saúde. Busca-se refletir sobre a relevância da formação continuada dos professores, do trabalho coletivo dentro das unidades escolares e da comunicação constante entre todos os envolvidos, destacando que a aprendizagem integral da criança com TEA depende de ações articuladas, planejadas e fundamentadas no diálogo, na escuta e no respeito às singularidades.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A criança com TEA e suas necessidades na Educação Básica

A criança com TEA apresenta necessidades que vão além do campo acadêmico, abrangendo aspectos emocionais, sensoriais, sociais e comunicativos. O estudo sobre o processamento sensorial em crianças com TEA evidencia que muitas delas apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos sensoriais, o que pode influenciar diretamente sua participação nas atividades escolares, seu comportamento e sua interação com o ambiente.

Na Educação Infantil, essas questões se tornam ainda mais evidentes, uma vez que as experiências pedagógicas envolvem o corpo, o movimento, os sons, as cores e o contato social. Cabe à escola organizar espaços, tempos e propostas que considerem essas particularidades, garantindo que a criança se sinta segura, acolhida e pertencente ao grupo.

O Currículo da Cidade de São Paulo reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade das crianças, promovendo experiências significativas e assegurando o direito de aprender de todos. Para a criança com TEA, isso implica flexibilizar estratégias, adaptar materiais e valorizar diferentes formas de comunicação e expressão, sem perder de vista os objetivos de aprendizagem.

2.2 A importância da família no processo educacional

A família é, geralmente, o primeiro espaço onde os sinais do TEA são percebidos. O artigo “Quando as mães falam: perspectivas sobre os primeiros sinais de TEA” evidencia que as mães desempenham um papel fundamental na identificação precoce das características do transtorno, observando comportamentos, dificuldades e formas particulares de interação de seus filhos.

A percepção dos pais sobre a saúde e o desenvolvimento da criança, conforme apontado no estudo sobre a saúde de crianças e adolescentes com TEA, influencia diretamente a busca por apoio, diagnóstico e intervenções adequadas. No contexto escolar, essa percepção é igualmente relevante, pois a família detém informações valiosas sobre a rotina da criança, suas preferências, dificuldades e avanços.

A parceria entre família e escola deve ser baseada no diálogo constante, no respeito mútuo e na construção conjunta de estratégias. Quando a família compartilha como a criança se comporta em casa, quais são suas dificuldades e conquistas, a escola pode planejar intervenções mais coerentes e alinhadas às necessidades reais do aluno.

2.3 A escola como espaço de inclusão e aprendizagem

A escola tem o compromisso de garantir uma educação inclusiva, conforme preconizado pela BNCC e pelo Currículo da Cidade de São Paulo. Isso significa reconhecer a diversidade como parte constitutiva do processo educativo e assumir a responsabilidade de criar condições para que todas as crianças apren-

dam e se desenvolvam.

No caso das crianças com TEA, a escola precisa ir além da matrícula, assegurando práticas pedagógicas intencionais, acompanhamento contínuo e estratégias que promovam a participação ativa do aluno. A organização da rotina, a previsibilidade das atividades e o uso de recursos visuais são exemplos de ações que podem favorecer o aprendizado e o bem-estar dessas crianças.

Além disso, é fundamental que a escola promova momentos de estudo e reflexão entre os professores, dentro da própria unidade, para aprofundar conhecimentos sobre o TEA, compartilhar experiências e construir coletivamente soluções para os desafios cotidianos.

2.4 Formação continuada e trabalho coletivo dos professores

A formação continuada dos professores é um elemento central para a efetivação da educação inclusiva. O aprimoramento dos conhecimentos sobre o TEA, suas características e estratégias pedagógicas não deve ser entendido como uma responsabilidade individual do professor, mas como um compromisso institucional.

Reuniões pedagógicas, estudos de caso, leitura de artigos científicos e trocas de experiências entre os docentes contribuem para ampliar o repertório pedagógico e fortalecer a atuação da equipe escolar. A presença de profissionais externos, como psicólogos, fonoaudiólogos ou especialistas em educação inclusiva, pode enriquecer essas formações, trazendo novas perspectivas e orientações práticas.

2.5 Articulação entre escola e profissionais da saúde

Muitas crianças com TEA realizam acompanhamento fora da escola com profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras ou neurologistas. A articulação entre esses profissionais e a equipe escolar é essencial para garantir a coerência das intervenções e potencializar o desenvolvimento da criança.

O compartilhamento de informações sobre avanços, dificuldades e estratégias utilizadas em cada contexto permite que a escola adapte suas práticas e contribua de forma mais efetiva para o desenvolvimento integral do aluno. Da mesma forma, o feedback da escola pode auxiliar os profissionais da saúde a compreenderem como a criança se comporta em ambientes coletivos e educacionais.

Essa troca deve ser ética, respeitosa e mediada pela família, que ocupa um papel central nesse processo de comunicação.

2.6 O objetivo da aprendizagem integral

Tanto o Currículo da Cidade de São Paulo quanto a BNCC enfatizam a aprendizagem integral, entendida como o desenvolvimento pleno da criança em suas dimensões intelectual, emocional, social, cultural e física. Para a criança com TEA, esse objetivo só é alcançado quando há uma atuação articulada entre todos os envolvidos em sua educação.

A escola, a família e os profissionais externos precisam compartilhar a responsabilidade pelo desenvolvimento da criança, reconhecendo que cada contexto contribui de maneira única para sua formação. A inclusão, nesse sentido, não se limita à adaptação de conteúdos, mas envolve a construção de relações, o respeito às diferenças e a promoção da autonomia.

3. CONCLUSÃO

A educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica demanda um compromisso coletivo que ultrapassa a simples adaptação de conteúdos ou a presença física do aluno na escola. Trata-se de reconhecer a criança com TEA como sujeito de direitos, dotado de potencialidades, necessidades específicas e modos singulares de se relacionar, aprender e se expressar. Desde a Educação Infantil, é fundamental que a escola se constitua como um espaço de acolhimento, escuta e pertencimento, no qual a diversidade seja compreendida como parte essencial do processo educativo.

Ao longo deste artigo, foi possível evidenciar que o desenvolvimento integral da criança com TEA depende de uma atuação articulada entre família, escola e profissionais da área da saúde. A literatura analisada demonstra que a percepção da família sobre o desenvolvimento, a saúde e o comportamento da criança é um elemento central para a construção de estratégias educacionais mais eficazes. As vivências familiares, os relatos sobre a rotina doméstica e as observações cotidianas contribuem significativamente para que a escola compreenda melhor as necessidades da criança e organize práticas pedagógicas mais coerentes com sua realidade.

Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental ao promover práticas inclusivas alinhadas ao Currículo da Cidade de São Paulo e à Base Nacional Comum Curricular, que defendem a aprendizagem integral e o respeito aos diferentes ritmos e formas de aprender. A inclusão escolar de crianças com TEA requer planejamento intencional, flexibilidade pedagógica, organização de tempos e espaços e a valorização de múltiplas formas de comunicação e expressão. Mais do que estratégias isoladas, é necessário construir uma cultura escolar inclusiva, na qual todos os profissionais compartilhem responsabilidades e objetivos comuns.

A formação continuada dos professores, realizada dentro da própria unidade escolar, mostrou-se um aspecto indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas. Momentos de estudo coletivo, reflexão sobre a prática, análise de casos e trocas de experiências contribuem para ampliar o repertório pedagógico dos educadores e para reduzir inseguranças diante dos desafios que o trabalho com crianças com TEA pode apresentar. A participação de profissionais externos nesses momentos formativos também se destaca como uma estratégia relevante, pois possibilita o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e o enriquecimento das práticas pedagógicas.

Outro ponto central discutido neste artigo refere-se à articulação entre a escola e os profissionais da saúde que acompanham a criança fora do ambiente escolar, como fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras e neurologistas. A troca constante de informações sobre avanços, dificuldades e estratégias adotadas em cada contexto é essencial para garantir a coerência das intervenções e favorecer o desenvolvimento da criança. Essa comunicação deve ocorrer de forma ética, respeitosa e mediada pela família, fortalecendo a parceria entre todos os envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, torna-se evidente que a aprendizagem integral da criança com TEA não é responsabilidade exclusiva da escola, da família ou dos profissionais da saúde, mas resultado de uma atuação conjunta e colaborativa. Quando há diálogo, escuta e compromisso compartilhado, criam-se condições mais favoráveis para que a criança desenvolva suas habilidades, construa relações significativas e participe ativamente do contexto escolar.

Conclui-se, portanto, que investir na articulação entre família, escola e profissionais, na formação continuada dos educadores e na construção de práticas pedagógicas inclusivas é fundamental para garantir uma educação de qualidade às crianças com Transtorno do Espectro Autista. Mais do que atender às exigências legais, trata-se de promover uma educação humanizada, equitativa e comprometida com o desenvolvimento pleno de todas as crianças, respeitando suas singularidades e assegurando o direito de aprender e conviver.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/educacao/pt- br/assuntos/noticias/bncc.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo:SME, 2022. Disponível em: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao- infantil/.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental. São Paulo:SME, 2019.

Disponível em: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-ensino- fundamental-ciencias-naturais/.

OLIVEIRA, Adriana Leite de et al. Percepção sobre o processamento sensorial em crianças com transtorno do espectro autista. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/YYzhwdfbfxjQCPvhNVtnCyk/?lang=pt.

SANTOS, Ana Paula Trevisan dos et al. Quando as mães falam: perspectivas sobre os primeiros sinais de TEA. Psicologia Escolar e Educacional, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/nzZtw3Bk77N4ZtjBfTCcqXJ/?lang=pt.

SILVA, Fernanda Cristina da et al. Percepção dos pais sobre a saúde de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. Cadernos de Saúde Coletiva, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/CKmXS8YffscGnwbRN3HmcrK/?lang=pt.